



CARTA DA BAHIA

CARTA DE BAHIA

LETTER OF BAHIA

LETTRE DE BAHIA

Copyright © Secretaria Nacional de Juventude - 2010

Produção de arte

DUO Design

Tradução

Globalword

Revisão

Cecilia Maurente

Patrice Lafleur

Stefania Letta

Realização

Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil

Secretaria Nacional de Juventude

Esta publicação foi produzida com o apoio do
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas



www.unfpa.org.br

1ª. Edição

Tiragem: 3.000

Impressão: Gráfica Charbel

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Secretaria Nacional de Juventude

Setor Policial Sul Área 5 Quadra 3 Bloco J

Brasília, DF, Brasil

CEP: 70610-200 - Fone: # 61 3411 1160 - Fax: # 61 3411 9269

E-mail: juventudenacional@planalto.gov.br

Website: www.juventude.gov.br

Índice



CARTA DA BAHIA · Português	04
CARTA DE BAHIA · Español.....	30
LETTER OF BAHIA · English.....	58
LETTRE DE BAHIA · Français.....	84

CARTA DA BAHIA



PORTUGUÊS



CARTA DA BAHIA	09
A JUVENTUDE NAS AMÉRICAS.....	10
CONSIDERAÇÕES.....	12
CHAMADO À AÇÃO.....	16
1. GESTÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	16
2. ENFRENTAMENTO DA MISÉRIA, DA POBREZA E DA EXCLUSÃO.....	17
3. TRABALHO E EMPREGO	18
4. EDUCAÇÃO	19
5. ACESSO DAS PESSOAS JOVENS À TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	20
6. SAÚDE DAS PESSOAS JOVENS COMO FATOR DE INCLUSÃO	21
7. EQUIDADE DE GÊNERO.....	22
8. SEGURANÇA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	22
9. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	23
10. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....	24
11. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E ASSOCIATIVISMO.....	24
12. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE.....	25
PROPOSIÇÕES.....	26
1. GOVERNOS	26
2. PARLAMENTOS.....	27
3. SOCIEDADE CIVIL	28

Apresentação

A Pré-Conferência das Américas à Conferência Mundial de Juventude - México 2010, realizada na cidade Salvador, Bahia, Brasil, de 24 a 26 de maio de 2010, obteve pleno êxito em demonstrar a existência de uma identidade continental, a idéia de que há uma “juventude das Américas” que comporta a diversidade das juventudes americanas. E, a partir dessa constatação, propor novos caminhos para a superação de novos e velhos desafios, sem esquecer que as realidades locais determinam os obstáculos a serem superados por cada sociedade e cada governo, na temática de juventude como em outras áreas.

A Pré-Conferência de Salvador contou com a participação de atores absolutamente legítimos na construção da agenda da temática de juventude no continente. Governos, parlamentares, representantes das agências do Sistema ONU e da sociedade civil - incluindo a Organização Ibero-Americana de Juventude e redes de alcance regional como o Foro Latino-Americano de Juventude, o Espaço Ibero-Americano de Juventude e a Rede Ibero-Americana de Jovens Indígenas e Afrodescendentes - estiveram presentes e puderam, cada um, assentar um tijolo nessa construção, cuja expressão final é a Carta da Bahia.

Este documento surge como resultado de um processo que considerou as mais diversas distinções geográficas, culturais, sociológicas e políticas, e se baseou numa premissa básica: ouvir uns aos outros até que a possibilidade de síntese se tornasse mais evidente que as diferenças de visão ou de abordagem sobre cada tema. Nada foi levado a voto, já que nenhum sentido se viu na hipótese de construir “posições majoritárias”, por legítimas que fossem. Na Carta da Bahia não há opiniões “vencedoras” porque nenhuma opinião foi “derrotada” na Pré-Conferência de Salvador.

Por fim, no tocante ao processo que viabilizou a Pré-Conferência, é preciso agradecer uma vez mais aos parceiros das políticas públicas de juventude no continente pela solidariedade e empenho. No desejo reconhecer o esforço e a dedicação de tantas pessoas que fizeram a Pré-Conferência das Américas é que apresentamos nessa Conferência Mundial de Juventude 2010 a Carta da Bahia como uma plataforma síntese, diante da qual podem se projetar os avanços que o trabalho de tantos governos, organizações e - por que não dizer? - tantos jovens têm imprimido às políticas de juventude em nosso continente.

Beto Cury

Secretário Nacional de Juventude da
Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil



CARTA DA BAHIA

A Pré-Conferência de Juventude das Américas, reunida na cidade de Salvador, estado da Bahia, Brasil, de 24 a 26 de maio de 2010, com a participação de 259 pessoas jovens e adultas de 29 países das Américas, representando governos, parlamentos e membros da sociedade civil faz, por meio desta Carta da Bahia, uma análise da situação da juventude na região das Américas, postula um *Chamado à Ação* e apresenta proposições com vistas a mudar paradigmas e a ampliar os enfoques de juventude na consecução dos Objetivos do Milênio (ODMs), consagrados por todos os países membros das Nações Unidas, cujo alcance só será possível com a redução das desigualdades e da pobreza, e com a promoção de um desenvolvimento equitativo, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.



A JUVENTUDE NAS AMÉRICAS

Nossos países se caracterizam por uma ampla diversidade cultural e étnica, e ostentam níveis desiguais de qualidade de vida e de desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo em que enfrentam problemas comuns, nossos povos se alimentam da esperança de que suas crianças, adolescentes e jovens poderão viver, em breve, em uma América menos desigual e mais justa. Por essa razão, nossos povos se comprometem com a construção de sociedades mais prósperas, mais democráticas e mais equitativas.

Nossos governos reafirmam os compromissos de nossas sociedades por meio das políticas públicas que implementam com abordagem diferenciada em cada região e/ou país. Configurado como de grande relevância para os países da América Latina, o “bônus demográfico juvenil” apresenta peso distinto e relativo para parte dos países do Caribe, para o Canadá e para os Estados Unidos. Em comum, nossos países enfrentam os mesmos desafios de combate à pobreza e à desigualdade social em todos os países da nossa terra americana.

Em particular, compartilhamos os mesmos desafios para redimir nossas crianças, adolescentes e jovens das situações de pobreza e de falta de oportunidades. Da mesma forma, compartilhamos a mesma vontade política de preparar melhor às pessoas jovens para que agora, no tempo presente, as juventudes de nossos países possam tornar-se sujeitos de direito e contribuir como atores estratégicos e fundamentais dos processos de desenvolvimento de nossos países.



CONSIDERAÇÕES

Considerando que em dezembro de 2009 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução pela qual em 12 de agosto de 2010 se inicia o “*Ano Internacional da Juventude: Diálogo e Entendimento Mútuo*”, que termina em 12 de agosto de 2011, para, dentre outros objetivos: a) encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações; b) promover os ideais de paz, respeito pelos direitos humanos, liberdade e solidariedade; e, c) estimular as pessoas jovens a se engajarem na promoção do progresso, com ênfase nas Metas do Desenvolvimento do Milênio;

Considerando que as Nações Unidas também definiram 2010 como o *Ano Internacional para a Aproximação das Culturas*, o que representa um convite ao diálogo e à cooperação Sul-Sul entre nações no tocante às políticas voltadas para a juventude;

Considerando que as desigualdades sociais e econômicas das Américas se refletem e aprofundam as condições de vulnerabilidade da juventude nos diversos países, e que as diversas juventudes e suas necessidades específicas exigem políticas públicas voltadas às suas expectativas e demandas;

Considerando o papel central do Estado como indutor e executor de políticas públicas sociais voltadas para a garantia dos direitos humanos fundamentais, assim como a necessidade do diálogo contínuo e do fortalecimento da participação da sociedade civil para ampliar e aprimorar as

conquistas e direitos no campo social, econômico, ambiental, cultural e político;

Considerando o fato de que as pessoas jovens de todos os países possuem um papel fundamental no enfrentamento dos desafios do mundo atual, tais como: fomento ao crescimento econômico sustentável; o acesso à educação pública de qualidade para todos, a eliminação da pobreza e da desigualdade social; o desemprego, a eliminação de todas as formas de discriminação; a redução das violências, a promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a busca da equidade de gênero, e o respeito às diversidades culturais, de crenças religiosas, étnicas e orientações sexuais;

Considerando que a região das Américas conta com vasta tradição de participação social em organizações, movimentos e grupos como dispositivo transformador e de inserção ativa dos setores mais vulneráveis e excluídos da sociedade, torna-se fundamental o amplo debate das temáticas abordadas na Conferência de Juventude das Américas que foram centradas nas temáticas: saúde, gênero, educação, emprego, segurança, desenvolvimento sustentável e participação cidadã com ênfase nos papéis decisivos que os jovens tem para o cumprimento dos Objetivos do Milênio com um todo;

Considerando que as pessoas jovens de todos os países possuem um papel fundamental para a consecução da

agenda de desenvolvimento e promoção da igualdade, bem como para enfrentar os desafios do mundo atual e fazer avançar temas centrais afirmados pelos participantes da Pré-Conferência de Juventude das Américas, incluindo:

- Fomento ao crescimento econômico sustentável;
- Eliminação da pobreza e da desigualdade social;
- Universalização de uma educação de qualidade e o combate à evasão escolar, principalmente no ensino secundário;
- Eliminação de todas as formas de discriminação e desigualdade;
- Promoção da saúde sexual e dos direitos reprodutivos, por meio do acesso a serviços e insumos oferecidos de forma amigável, garantindo a participação de jovens no planejamento e desenvolvimento dos programas de saúde;
- Busca da equidade de gênero, étnica e racial e a diversidade sexual e com relação às pessoas adultas para consolidar uma relação equitativa entre as gerações;
- Promoção do trabalho decente;
- Fortalecimento dos valores democráticos, éticos, de responsabilidade cidadã e de respeito aos Direitos Humanos como princípios norteadores de nossas sociedades;

- Fomento à participação de jovens nas políticas públicas;
- Garantia da educação universal de qualidade, incluindo educação sexual integral, científica e laica;
- Eliminação de todas as formas de violência de gênero, especialmente a sexual e o tráfico vivenciados pelas mulheres jovens;
- Fomento à segurança alimentar para todas as pessoas jovens, principalmente para as mulheres, jovens com deficiência, indígenas, afrodescendentes, de comunidades tradicionais, rurais, das periferias urbanas e em situação de rua;
- Promoção da autonomia e emancipação como um eixo das políticas de governo para gerar uma cidadania ativa;
- Promoção das políticas de segurança para prevenir a criminalização de jovens e os altos índices de mortalidade juvenil.



CHAMADO À AÇÃO

Ressaltando que desde o ano de 2000 a Declaração do Milênio é um instrumento orientador do desenvolvimento que pode ser fortalecido pela incorporação de uma perspectiva juvenil, nós, participantes desta Pré-Conferência das Américas, fazemos o seguinte Chamado à Ação:

1. GESTÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

- Fortalecer os marcos jurídicos e sistemas institucionais dos países para garantir a priorização das políticas públicas e criar um sistema de acompanhamento da sua execução, monitoramento e avaliação de forma transversal e participativa, tendo a própria juventude como parceira estratégica dos processos nacionais de desenvolvimento;
- Conceder alto nível de prioridade ao desenvolvimento das pessoas jovens, destinando um percentual do orçamento anual dos países, com revisão e redistribuição das rubricas orçamentárias para fortalecer as políticas, programas e projetos para a juventude, considerando as especificidades da importância demográfica e estratégica das pessoas jovens em cada país;

- Fomentar a constituição de conselhos de juventude, com efetiva participação social juvenil, como um dos elementos que contribuirão com esse processo.

2. ENFRENTAMENTO DA MISÉRIA, DA POBREZA E DA EXCLUSÃO

- Formular, desenhar e promover políticas econômicas e sociais inclusivas com vistas ao crescimento econômico sustentável para a redução da pobreza e para a inserção e manutenção das pessoas jovens na vida produtiva, seja por meio do emprego formal, seja por meio das transferências de renda condicionais enquanto necessário;
- Investir na formação do capital humano juvenil por meio de programas e projetos que promovam o potencial das pessoas jovens para transformar a condição de vida material da juventude tanto nas cidades quanto na zona rural;
- Lutar pela erradicação da miséria e da fome, com especial atenção aos segmentos de juventude tradicionalmente excluídos, incluindo mulheres jovens, jovens com deficiência, com distintas orientações sexuais, jovens do campo e das periferias urbanas, assim como todas as

peças jovens discriminadas e/ou excluídas por questões de etnia e raça, com especial ênfase às populações indígenas e afro-descendentes.

3. TRABALHO E EMPREGO

- Promover a igualdade de oportunidades de trabalho decente para as peças jovens garantindo proteção contra todo e qualquer tipo de discriminação nos espaços de convivência e de trabalho;
- Fomentar a educação prolongada antes do ingresso no mercado de trabalho;
- Visibilizar e promover a participação de jovens nas organizações de trabalhadores e trabalhadoras;
- Promover políticas públicas de trabalho decente para jovens;
- Fomentar a promoção do trabalho formal e a melhoria de acesso de jovens aos mecanismos de proteção social, por meio de reformas das normas e políticas públicas que tratam da trajetória profissional das juventudes;
- Revisar e adaptar o currículo escolar para facilitar a transição da vida escolar para a vida profissional, incluindo maior acesso à formação técnica e profissional que atenda às necessidades do mercado de trabalho;

- Fortalecer os Ministérios do Trabalho, Emprego e Renda, os programas de promoção de empregabilidade juvenil e incentivar o diálogo social e o aprofundamento das alianças entre governos, setor privado, organizações de trabalhadores/as e organizações juvenis para gerar trabalho, ocupação e renda para a população jovem.

4. EDUCAÇÃO

- Considerar a educação juvenil como condição essencial para o desenvolvimento humano integral, cuidando das necessidades educacionais de todos os grupos juvenis, especialmente os segmentos jovens em condição de vulnerabilidade, as pessoas jovens com deficiência e oriundas dos povos e comunidades tradicionais, como indígenas e afrodescendentes;
- Atentar para a educação universal, sexual e científica com foco no desenvolvimento integral de jovens, e zelar pela melhoria da qualidade da educação, garantindo o acesso à educação sexual que permita às pessoas jovens a tomada de decisões livres e conscientes;
- No marco da *Década para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DEDS), assegurar o acesso à educação ambiental e à construção de saberes entre jovens enquanto atores capazes de atuar no enfrentamento ao aquecimento global;

- Fomentar a formulação e implementação de programas e projetos voltados para a formação de uma consciência cidadã entre nossas juventudes.

5. ACESSO DAS PESSOAS JOVENS À TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Priorizar as políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à tecnologia, com especial atenção à internet como um fator impulsionador da sociedade do conhecimento que potencialize o desenvolvimento da juventude e promova a coesão social;
- Fomentar o acesso das pessoas jovens, em especial jovens com deficiência, aos meios de comunicação e às tecnologias da informação;
- Promover o uso ativo e inteligente das tecnologias da comunicação e da informação fomentando o protagonismo das pessoas jovens nos processos de construção e desenvolvimento dos governos eletrônicos;
- Utilizar intensamente as tecnologias da informação e da comunicação para aprofundar os diálogos interculturais e fomentar o respeito às diversidades culturais, sociais e ambientais.

6. SAÚDE DAS PESSOAS JOVENS COMO FATOR DE INCLUSÃO

- Garantir uma melhor qualidade de vida para as juventudes das Américas considerando principalmente as diversidades de etnia, raça e gênero;
- Garantir o pleno direito de acesso à saúde sexual e reprodutiva, permitindo o acesso das pessoas jovens aos serviços de saúde sexual e reprodutiva de alta qualidade, bem como aos programas que permitam a prevenção da gravidez não planejada e/ou não desejada na adolescência por meio do acesso ao direito à informação;
- Estimular programas de prevenção ao HIV/aids e reduzir progressivamente todas as formas de discriminação, incluindo a discriminação a pessoas vivendo com HIV/aids e desigualdade no acesso à saúde;
- Elaborar políticas públicas que garantam a saúde da população jovem levando em conta diversos aspectos étnico-raciais, sociais e culturais dos países;
- Fomentar estilos de vida dignos, saudáveis, estimulando atividades culturais e práticas desportivas na adolescência e na juventude, com especial atenção a prevenção da mortalidade juvenil como consequência de incidentes, complicações no parto de mulheres jovens, comuns à faixa etária - HIV/aids, doenças sexualmente transmissíveis, redução de danos no uso de drogas, transtornos alimentares, dentre outros.

7. EQUIDADE DE GÊNERO

- Promover a equidade de gênero e a autonomia da mulher jovem como meio eficaz de combate à pobreza e à fome, e estimular o desenvolvimento em bases sustentáveis;
- Elaborar políticas e tomar medidas para aumentar o acesso feminino à educação e ao mercado de trabalho com equivalência salarial;
- Desenvolver programas e serviços para erradicação da violência de gênero, proteção da maternidade e acesso das mulheres jovens ao serviço de saúde, incluindo os especializados em saúde sexual e reprodutiva;
- Incluir a perspectiva da diversidade de gêneros em todos os programas e políticas públicas, com especial atenção à condição de etnia e raça.

8. SEGURANÇA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

- Aplicar os princípios contidos na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, incentivando medidas que garantam a segurança pessoal e comunitária da população jovem;
- Desenvolver políticas e programas nacionais de desenvolvimento que vislumbrem as necessidades especiais

das pessoas jovens excluídas ou marginalizadas, buscando incluí-las na vida produtiva, social e cultural;

- Enfrentar, por meio de políticas públicas, formas de estigmatização e discriminação da juventude, dando especial atenção ao combate e à prevenção da violência, notadamente a violência baseada em gênero, orientação sexual, raça, etnia, intolerância religiosa e deficiência;
- Priorizar as medidas alternativas à privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei, usando a reclusão apenas como recurso último e inevitável, em consonância com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

9. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Incentivar as organizações e movimentos juvenis a promover o desenvolvimento sustentável e as ações ecológicas, e a apoiar programas de educação ambiental nas escolas e nas comunidades;
- Fomentar políticas públicas de prevenção do êxodo rural juvenil e de convivência urbana atendendo prioritariamente às pessoas jovens em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social;

- Tomar medidas efetivas para conscientizar as pessoas jovens a respeito dos critérios de consumo responsável e do uso sustentável dos recursos naturais.

10. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

- Adotar políticas migratórias que potencializem os efeitos positivos e reduzam os efeitos negativos da migração juvenil, concedendo proteção plena dos direitos humanos a jovens migrantes;
- Fomentar a assinatura de acordos internacionais e favorecer processos adequados de integração social por meio da ampliação das vias legais do exercício laboral.

11. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E ASSOCIATIVISMO

- Promover e incentivar a participação sistemática de jovens em todos os âmbitos da sociedade e em seus processos de tomada de decisão;
- Fortalecer os programas de educação para a democracia e direitos humanos e reconhecer a participação juvenil como imprescindível para a melhoria da qualidade da democracia;
- Investir recursos públicos e privados no fortalecimento do capital social juvenil e promover a participação da ju-

ventude no mundo por meio da criação e fortalecimento de plataformas nacionais e internacionais de intercâmbio e cooperação entre organizações juvenis.

12. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

- Destacar o papel fundamental da cooperação internacional para o desenvolvimento da juventude e reforçar a importância da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, garantindo a participação do amplo mosaico das diversidades juvenis;
- Conclamar os estados membros das Nações Unidas para o estabelecimento de novos mecanismos de colaboração e monitoramento no sentido de impulsionar as políticas públicas e as ações a favor do desenvolvimento da juventude.



PROPOSIÇÕES

1. GOVERNOS

- Reforçar o compromisso dos governos de nossos países com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até o ano 2015, e dar continuidade ao Plano de Ação Mundial de Juventude;
- Avançar em modelos de participação juvenil em todos os cenários sociais que garantam um papel protagonista de jovens no desenvolvimento de nossos países;
- Desenvolver e fortalecer a institucionalidade pública em matéria de juventude no sentido de consolidar um sistema transversal, setorial e territorial de políticas públicas que priorizem as juventudes;
- Impulsionar a criação de uma Declaração Universal de Juventude;
- Fomentar o enfoque da equidade de gênero e da interculturalidade em toda a transversalidade das políticas públicas de juventude;
- Promover a arte e a cultura como instrumento de desenvolvimento da juventude;

- Sugerir o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação dos acordos eventualmente alcançados na Conferência Mundial de Juventude do México;
- Convocar uma Reunião de Juventude das Américas para o ano 2012, que inclua governos, parlamentares e organizações da sociedade civil, com o objetivo de avaliar a situação da juventude até a realização da Reunião e promover novas linhas de ação.

2. PARLAMENTOS

- Estabelecer mecanismos para a participação permanente de parlamentares e/ou legisladores(as), nossos(as) principais aliados(as) no cumprimento dos objetivos colocados nesta Carta e na Conferência Mundial de Juventude;
- Recomendar aos governos dos países o reconhecimento legal e constitucional dos direitos das pessoas jovens compreendidos nesta Carta da Bahia;
- Fomentar políticas de acesso à moradia em condições especiais para jovens.

3. SOCIEDADE CIVIL

- Coordenar, a partir da sociedade civil juvenil (Espacio Iberoamericano de la Juventud e demais plataformas jovens das sub-regiões das Américas) um rigoroso processo de monitoramento e avaliação dos acordos firmados na Pré-Conferência das Américas, na Conferência Mundial de Juventude (CMJ) e nos demais compromissos que venham a ser assumidos nos planos nacionais e internacional, em especial no marco do Ano Internacional da Juventude, com o apoio e respaldo dos governos, do Sistema das Nações Unidas na região, da Organização Internacional de Juventude e dos demais organismos comprometidos com a temática das juventudes;
- Multiplicar nossos esforços de defesa de direitos das pessoas jovens no plano internacional, nacional, subnacional e local para assegurar uma maior presença e uma melhor hierarquização das políticas públicas de juventude de modo integral, com níveis de alocação orçamentária em acorde com o peso demográfico e o papel estratégico das juventudes. Essa hierarquização deverá ser feita transversalmente envolvendo os principais ministérios e organismos de governos, e não somente nas instâncias próprias e específicas de juventude, com tem sido até agora. Nessa mesma linha, trabalharemos para que as políticas de juventude sejam priorizadas nos planos nacionais de desenvolvimento. Para fortalecer nossa ação nessas áreas, necessitamos contar com o apoio dos governos da região e das agências do Sistema das Nações Unidas, da Organización Iberoamerica de Juventud e dos demais organismos e blocos subregionais.

- Somar nossos esforços para a difusão e a retroalimentação dos compromissos internacionais que venham a emergir no marco da Carta da Bahia, na Conferência Mundial de Juventude (CMJ) e nos demais compromissos do Ano Internacional de Juventude, para fortalecer e impulsionar a agenda das juventudes nas realidades locais e nacionais, facilitando diálogos, processos sociais e projetos de ação que motivem uma maior participação dos movimentos, organizações e redes de juventude a nível local, nacional e regional.
- Solicitar aos institutos de estatísticas dos países e aos diferentes organismos internacionais um esforço mais sistemático e consistente no campo das políticas públicas de juventude, especialmente na produção de informes especializados e dados estatísticos de qualidade, com suas correspondentes análises por faixa etária.
- Velar para que todas as ações empreendidas pela sociedade civil, governos, parlamentos e organismos internacionais enfatizem em especial mulheres jovens, jovens com deficiência, de diferentes orientações sexuais, afro-descendentes, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, as juventudes rurais, das periferias urbanas e em situação de rua, bem como todos os demais segmentos de juventude em situação de vulnerabilidade.

Cidade de Salvador, Bahia, Brasil, 26 de maio de 2010

CARTA DE BAHIA



ESPAÑOL



CARTA DE BAHIA	35
LA JUVENTUD EN LAS AMÉRICAS	36
CONSIDERACIONES	38
LLAMADO A LA ACCIÓN	42
1. GESTIÓN DE LAS POLÍTICAS NACIONALES DE DESARROLLO	42
2. ENFRENTAMIENTO DE LA MISERIA, POBREZA Y EXCLUSIÓN	43
3. TRABAJO Y EMPLEO	44
4. EDUCACIÓN	45
5. ACCESO DE LAS PERSONAS JÓVENES A LA TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN ..	46
6. SALUD DE LAS PERSONAS JÓVENES COMO FACTOR DE INCLUSIÓN ...	47
7. EQUIDAD DE GÉNERO	48
8. SEGURIDAD Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS	49
9. DESARROLLO SOSTENIBLE	50
10. MIGRACIÓN INTERNACIONAL	50
11. PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y ASOCIATIVISMO	51
12. COOPERACIÓN INTERNACIONAL DE LA JUVENTUD	51
PROPUESTAS	52
1. GOBIERNOS	52
2. PARLAMENTOS	53
3. SOCIEDAD CIVIL	54

Presentación

La Conferencia Previa de las Américas a la Conferencia Mundial de la Juventud - México 2010, realizada en la ciudad de Salvador, Bahia - Brasil, del 24 al 26 de mayo de 2010, tuvo pleno éxito al demostrar la existencia de una identidad continental, es decir, la idea de que se tiene una "juventud de las Américas" que comporta la diversidad de las juventudes americanas. Y, a partir de esta constatación, deben proponerse nuevos caminos para superar nuevos y viejos desafíos, sin olvidar que las realidades de cada lugar determinan los obstáculos que deben superar cada sociedad y cada gobierno, tanto en la temática de la juventud como en otras áreas.

La Pre-Conferencia de Salvador contó con la participación de actores absolutamente legítimos en la elaboración de la agenda de la temática de juventud en el continente. Gobiernos, parlamentarios, representantes de las agencias del Sistema ONU y de la sociedad civil (incluso la Organización Iberoamericana de Juventud y redes de alcance regional como el Foro Latinoamericano de Juventud, el Espacio Iberoamericano de Juventud y la Red Iberoamericana de Jóvenes Indígenas y Afrodescendientes) estuvieron presentes y cada uno colocó un ladrillo en esta construcción, cuya expresión final es la *Carta de Bahia*.

Este documento surge como resultado de un proceso que consideró las más diversas distinciones geográficas, culturales, sociológicas y políticas, basándose en una premisa básica: escuchar unos a los otros hasta que la posibilidad de síntesis sea más evidente que las diferencias de visión o de abordaje sobre cada asunto. Nada se llevó a voto, puesto que no se vio sentido en la hipótesis de crear “posiciones mayoritarias”, por más legítimas que fueran. En la Carta de Bahía no hay opiniones “vencedoras” porque ninguna opinión fue “derrotada” en la Pre-Conferencia de Salvador.

Finalmente, referente al proceso que hizo posible la Pre-Conferencia, es necesario agradecer una vez más a los socios de las políticas públicas de la juventud en el continente por su solidaridad y empeño. Con el deseo de reconocer el esfuerzo y la dedicación de tantas personas que llevaron a cabo la Pre-Conferencia de las Américas, presentamos en esta Conferencia Mundial de Juventud 2010 la Carta de Bahía como una plataforma de síntesis, frente a la cual se pueden proyectar los avances que el trabajo de tantos gobiernos, organizaciones y, porque no decirlo, tantos jóvenes han fijado a las políticas de juventud en nuestro continente.

Beto Cury

Secretario Nacional de Juventud de la
Secretaría-General de la Presidencia de la República de Brasil



CARTA DE BAHIA

La Pre-Conferencia de Juventud de las Américas, México 2010 llevada a cabo en la ciudad de Salvador, Estado de Bahía, Brasil, del 24 al 26 de mayo de 2010, con la participación de 259 personas jóvenes y adultas de 29 países de las Américas, en representación de autoridades de gobiernos, parlamentos y jóvenes integrantes de la sociedad civil, realizan por medio de esta Carta de Bahía, un análisis de la situación de la juventud en la región de las Américas, hacen un llamado a la Acción y presentan propuestas con la finalidad de cambiar paradigmas y ampliar los enfoques de la juventud en la consecución de los Objetivos del Milenio (ODM), consagrados por todos los países miembros de las Naciones Unidas, cuyo alcance sólo será posible con la reducción de las desigualdades y de la pobreza, y con la promesa de un desarrollo equitativo, socialmente justo, económicamente viable y ambiente sostenible.



LA JUVENTUD EN LAS AMÉRICAS

La región de las Américas se caracteriza por una amplia diversidad cultural y étnica, pero a su vez en la región más inequitativa del mundo en términos de los niveles desiguales de calidad de vida y desarrollo humano. Al mismo tiempo en que enfrentan problemas comunes, nuestros pueblos se alimentan de la esperanza de que niños, adolescentes y jóvenes puedan vivir, en breve, en una América menos desigual y más justa. Por esta razón, nuestros pueblos se comprometen en construir sociedades más prósperas, más democráticas y más equitativas.

Nuestros gobiernos reafirman los compromisos de nuestras sociedades por medio de las políticas públicas que se implementan con tratamiento diferenciado en cada región /o país. Configurado como de gran relevancia para los países de América Latina, el “bono demográfico”¹ presenta un peso distintivo y relativo para parte de los países del Caribe, Canadá y Estados Unidos. En común, nuestros países enfrentan los mismos desafíos de alivio a la pobreza y la desigualdad social.

1 El “bono demográfico” ocurre cuando hay un segmento creciente de adultos jóvenes en edad productiva con relación con la población dependiente de un país; representa una oportunidad para que los países involucren a este potencial humano productivo en su propio desarrollo y cosechen los beneficios económicos y sociales resultantes.

En particular, compartimos los mismos retos para redimir a nuestros niños, adolescentes y jóvenes de las situaciones de pobreza y de falta de oportunidades. De esta misma forma, compartimos la misma voluntad política de preparar y mejorar a las personas jóvenes de nuestros países para que ahora, en el presente, ellos puedan transformarse en sujetos de derecho y contribuir como actores estratégicos y fundamentales en los procesos de desarrollo de nuestra región.



CONSIDERACIONES

Considerando que en diciembre de 2009 la Asamblea General de las Naciones Unidas adoptó una resolución por la cual el 12 de agosto de 2010 se inicia el *Año Internacional de la Juventud: Diálogo y Comprensión Mutua* concluyendo el 12 de agosto de 2011, la cual tiene entre otros objetivos el animar el diálogo y la comprensión entre generaciones; remover los ideales de paz, respeto por los derechos humanos, libertad y solidaridad y estimular a las personas jóvenes a comprometerse en la promoción del progreso con énfasis en las Metas del Desarrollo del Milenio;

Considerando que la Asamblea General de las Naciones Unidas establecieron el 2010 como el *Año Internacional para la Aproximación de las Culturas*, que representa una invitación al diálogo y a la cooperación Sur-Sur entre las naciones con relación a las políticas orientadas hacia la juventud;

Considerando que las desigualdades sociales y económicas de las Américas se reflejan y ahondan las condiciones de vulnerabilidad de la juventud en los diferentes países, y que las diversas juventudes y sus necesidades específicas exigen políticas públicas orientadas hacia sus expectativas y demandas;

Considerando el papel central del Estado como inductor y ejecutor de políticas públicas sociales orientadas a la garantía de los derechos humanos fundamentales, así como la necesidad del diálogo continuo y del fortaleci-

miento de la participación de la sociedad civil para ampliar y perfeccionar las conquistas y derechos en el campo social, económico, ambiental, cultural y político;

Considerando que las personas jóvenes de todos los países tienen un rol fundamental al enfrentar los desafíos del mundo actual, tales como: fomento al crecimiento económico sostenible, acceso a la educación pública de calidad para todos, el alivio de la pobreza y la desigualdad social, el desempleo, la eliminación de todas las formas de discriminación, la reducción de la violencia, la promoción de los derechos sexuales y derechos reproductivos, la búsqueda de equidad de género, y el respeto a las diversidades culturales, creencias religiosas, étnicas y orientaciones sexuales;

Considerando que la región de las Américas cuenta con una amplia tradición de participación social en organizaciones, movimientos y grupos como un agente transformador y facilitador en la inserción activa de los sectores más vulnerables y excluidos de la sociedad, se hace fundamental continuar fortaleciendo el amplio debate surgido de la Conferencia de la Juventud de las Américas que estuvo centrado en las temáticas de salud, género, educación, empleo, seguridad, desarrollo sostenible y participación ciudadana enfatizando los papeles decisivos que los jóvenes tienen para el cumplimiento de los Objetivos del Milenio como un todo;

Considerando que las personas jóvenes de todos los países tienen un papel fundamental para la consecución de la agenda de desarrollo y promoción de la igualdad, así como para enfrentar los desafíos del mundo actual y hacer avanzar en los asuntos centrales afirmados por los y las participantes de la Conferencia de Juventud de las Américas, México 2010 que incluyen:

- Fomento al crecimiento económico sostenible.
- Alivio de la pobreza y de la desigualdad social.
- Universalización de una educación de calidad y el combate a la deserción escolar, principalmente en la educación secundaria.
- Eliminación de todas las formas de discriminación y desigualdad.
- Promoción de la salud sexual y de los derechos reproductivos, por medio del acceso a los servicios e insumos ofrecidos de forma amigable, garantizando la participación de jóvenes en la planificación y desarrollo de los programas de salud.
- Búsqueda de la equidad de género, étnica y racial, respeto a la diversidad sexual y consolidar una relación equitativa entre las generaciones de personas jóvenes y adultas.

- Promoción del trabajo decente.
- Fortalecimiento de los valores democráticos, éticos, de responsabilidad ciudadana y de respeto a los Derechos Humanos como principios orientadores de nuestras sociedades.
- Fomento a la participación de jóvenes en las políticas públicas.
- Garantía de la educación universal de calidad, incluyendo educación sexual integral, científica y laica.
- Eliminación de todas las formas de violencia de género, especialmente la violencia sexual y el tráfico de personas en particular las mujeres jóvenes.
- Fomento a la seguridad alimentaria para todas las personas jóvenes, principalmente para las mujeres, jóvenes con deficiencia, indígenas, afro-descendientes, de comunidades tradicionales, rurales, de las periferias urbanas y en situación de calle.
- Promoción de la autonomía y emancipación como un eje de las políticas de gobierno para generar una ciudadanía activa.
- Promoción de las políticas de seguridad para prevenir la criminalización de jóvenes y los altos índices de mortalidad juvenil.



LLAMADO A LA ACCIÓN

Destacando que desde el año 2000, la Declaración del Milenio es un instrumento orientador para el desarrollo y que el mismo puede ser fortalecido y enriquecido con la incorporación de una perspectiva juvenil.

Nosotros, participantes de esta la Conferencia de Juventud de las Américas, México 2010, hacemos el siguiente “Llamado a la Acción” en las esferas que se detallan a continuación:

1. GESTIÓN DE LAS POLÍTICAS NACIONALES DE DESARROLLO

- Fortalecer los marcos jurídicos y sistemas institucionales de los países para garantizar la priorización de las políticas públicas y crear un sistema de seguimiento de su ejecución, monitoreo y evaluación de forma transversal y participativa, teniendo a la propia juventud como socia estratégica de los procesos nacionales de desarrollo.
- Dar un alto nivel de prioridad al desarrollo de las personas jóvenes, destinando un porcentaje del presupuesto anual de los países, con revisión y redistri-

bución de las rúbricas presupuestarias para fortalecer las políticas, programas y proyectos para la juventud, considerando las especificidades de la importancia del bono demográfico y las acciones estratégicas para las personas jóvenes en cada país.

- Fomentar la constitución de consejos de juventud, con efectiva participación social juvenil, como uno de los elementos que contribuirán con dicho proceso.

2. ENFRENTAMIENTO DE LA MISERIA, POBREZA Y EXCLUSIÓN

- Formular, elaborar y promover políticas económicas y sociales inclusivas con vista al crecimiento económico sostenible para reducir la pobreza, así como incluir y mantener a las personas jóvenes en la vida productiva, ya sea por medio del empleo formal o por medio de transferencias condicionadas en los casos que se requieran;
- Invertir en la formación del capital humano juvenil por medio de programas y proyectos que promuevan el po-

tencial de las personas jóvenes, para mejorar las condiciones de vida de la juventud tanto en las ciudades como en las zonas rurales.

- Luchar por la erradicación de la miseria y del hambre, con especial atención a los segmentos de juventud tradicionalmente excluidos, incluyendo mujeres jóvenes, jóvenes con deficiencia, con distintas orientaciones sexuales, jóvenes del campo y de las periferias urbanas, así como todas las personas jóvenes discriminadas y/o excluidas por cuestiones de etnia y raza, especialmente a las poblaciones indígenas y afro-descendientes.

3. TRABAJO Y EMPLEO

- Promover la igualdad de oportunidades de trabajo decente para las personas jóvenes, garantizando la protección contra todo y cualquier tipo de discriminación en los espacios de convivencia y de trabajo.
- Fomentar la educación prolongada antes de ingresar al mercado de trabajo.
- Visibilizar y promover la participación de jóvenes en las organizaciones de trabajadores y trabajadoras.
- Promover políticas públicas de trabajo decente para jóvenes.

- Fomentar la promoción del trabajo formal y la mejora de acceso de jóvenes a los mecanismos de protección social, por medio de reformas de las normas y políticas públicas que tratan de la trayectoria profesional de la juventud.
- Revisar y adaptar el currículo escolar para facilitar la transición de la vida escolar para la vida profesional, incluyendo mayor acceso a la formación técnica y profesional que atienda a las necesidades del mercado de trabajo.
- Fortalecer los Ministerios de Trabajo, Finanzas y similares; los programas de promoción de empleo juvenil e incentivar el diálogo social, profundizando las alianzas entre gobiernos, sector privado, organizaciones de trabajadores y organizaciones juveniles para generar trabajo, ocupación e ingreso para la población joven.

4. EDUCACIÓN

- Considerar la educación de las personas jóvenes como condición esencial para el desarrollo humano integral, cuidando las necesidades educativas de todos los grupos juveniles, especialmente los segmentos de población juvenil en condición de vulnerabilidad, l personas jóvenes con deficiencia y oriundas de los pueblos y comunidades tradicionales, como indígenas y afro-descendientes.

- Prestar atención a la educación universal, sexual y científica con enfoque al desarrollo integral de jóvenes, y cuidar por la mejora de la calidad de la educación, que garantice el acceso a la educación sexual integral permitiendo que las personas jóvenes tomen decisiones libres y conscientes e informadas.
- En el marco de la *“Década de la Educación para el Desarrollo Sostenible”* asegurar el acceso a la educación ambiental y a la construcción de conocimientos entre jóvenes mientras sean actores capaces de actuar en el enfrentamiento al calentamiento global.
- Fomentar la formulación e implementación de programas y proyectos orientados a la formación de una conciencia ciudadana entre nuestros jóvenes.

5. ACCESO DE LAS PERSONAS JÓVENES A LA TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN

- Priorizar las políticas públicas orientadas a la democratización del acceso a la tecnología, -con especial atención a la Internet-, como factor que impulsa el conocimiento de la sociedad y que potencia el desarrollo de la juventud y promueve la cohesión social.
- Fomentar el acceso de las personas jóvenes, especialmente jóvenes con discapacidad, a los medios de comunicación y a las tecnologías de la información.

- Promover el uso activo e inteligente de las tecnologías de la comunicación y de la información, fomentando el protagonismo de las personas jóvenes en los procesos de construcción y desarrollo de las plataformas de gobierno digital.
- Enfatizar el uso de las tecnologías de la información y de la comunicación para profundizar los diálogos interculturales y fomentar el respeto a las diversidades culturales, sociales y ambientales.

6. SALUD DE LAS PERSONAS JÓVENES COMO FACTOR DE INCLUSIÓN

- Garantizar una mejor calidad de vida para la juventud de las Américas considerando principalmente las diversidades de etnia, raza y género.
- Garantizar el pleno derecho al acceso a la salud sexual y reproductiva de las personas jóvenes, facilitando el acceso a los servicios de salud sexual y reproductiva de alta calidad, así como a programas que permitan la prevención del embarazo no planificado y/o no deseado en la adolescencia por medio del acceso al derecho a la información.
- Estimular programas de prevención al VIH/Sida y reducir progresivamente todas las formas de discriminación, incluyendo la discriminación a personas que conviven con el VIH/Sida y la desigualdad en el acceso a la salud.

- Elaborar políticas públicas que garanticen la salud de la población joven, tomando en cuenta los diversos aspectos étnico-raciales, sociales y culturales de los países.
- Fomentar estilos de vida dignos, saludables, estimulando actividades culturales y prácticas deportivas en la adolescencia y en la juventud, con especial atención a la prevención de la mortalidad como consecuencia de incidentes, complicaciones en el parto de mujeres jóvenes, VIH/Sida, enfermedades de transmisión sexual, reducción de daños por el uso de drogas y trastornos alimenticios, entre otros.

7. EQUIDAD DE GÉNERO

- Promover la equidad de género y el empoderamiento de la mujer joven como medio eficaz de combatir a la pobreza y al hambre, y estimular el desarrollo en bases sostenibles.
- Elaborar políticas y tomar medidas para aumentar el acceso femenino a la educación y al mercado de trabajo con equivalencia salarial.
- Desarrollar programas y servicios para erradicar la violencia basada en género, protección de la maternidad y acceso de las mujeres jóvenes a servicios de salud, incluyendo los especializados en salud sexual y reproductiva.

- Incluir la perspectiva de de género en todos los programas y políticas públicas, con especial atención a la condición de etnia y raza.

8. SEGURIDAD Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS

- Aplicar los principios contenidos en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, incentivando medidas que garanticen la seguridad personal y comunitaria de la población joven.
- Desarrollar políticas y programas nacionales de desarrollo que vislumbren las necesidades especiales de las personas jóvenes excluidas o marginadas, buscando incluirlas en la vida productiva, social y cultural.
- Enfrentar, por medio de políticas públicas, formas de estigmatización de la juventud y discriminación, dando especial atención al combate y a la prevención de la violencia, especialmente a la violencia basada en género, por orientación sexual, raza, etnia, intolerancia religiosa y por discapacidad física.
- Priorizar las medidas alternativas a la privación de libertad de adolescentes en conflicto con la ley, utilizando la reclusión apenas como último e inevitable recurso, en consonancia con la Convención Internacional de los Derechos del Niño y del Adolescente.

9. DESARROLLO SOSTENIBLE

- Incentivar a las organizaciones y movimientos juveniles a promover el desarrollo sostenible y las acciones ecológicas, así como apoyar programas de educación ambiental en las escuelas y comunidades.
- Fomentar políticas públicas de prevención del éxodo rural juvenil y de convivencia urbana, atendiendo prioritariamente a las personas jóvenes en situación de riesgo personal y vulnerabilidad social.
- Tomar medidas efectivas para concientizar a las personas jóvenes referente a los criterios de consumo responsable y del uso sostenible de los recursos naturales.

10. MIGRACIÓN INTERNACIONAL

- Adoptar políticas migratorias que potencien los efectos positivos y reduzcan los efectos negativos de la migración juvenil, concediendo protección plena de los derechos humanos a jóvenes migrantes.
- Fomentar la firma de acuerdos internacionales y favorecer procesos adecuados de integración social por medio de la ampliación de los medios legales del ejercicio laboral.

11. PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y ASOCIATIVISMO

- Promover e incentivar la participación sistemática de jóvenes en todos los entornos de la sociedad y en sus procesos de toma de decisión.
- Fortalecer los programas de educación para la democracia y derechos humanos, así como reconocer la participación juvenil como imprescindible para la mejora de la calidad de la democracia.
- Invertir recursos públicos y privados en el fortalecimiento del capital social juvenil, así como promover la participación de la juventud en el mundo por medio de la creación y fortalecimiento de las plataformas nacional e internacional de intercambio y cooperación entre organizaciones juveniles.

12. COOPERACIÓN INTERNACIONAL DE LA JUVENTUD

- Destacar el papel fundamental de la cooperación internacional para el desarrollo de la juventud y reforzar la importancia de la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, que garanticen la participación del amplio mosaico de las diversidades juveniles.
- Solicitar a los Estados Miembros de las Naciones Unidas el establecimiento de nuevos mecanismos de colaboración y monitoreo, a fin de impulsar políticas públicas y las acciones a favor del desarrollo de la juventud.



PROPUESTAS

1. GOBIERNOS

- Reforzar el compromiso de los gobiernos de nuestros países con el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio hasta el año 2015, y dar continuidad al Plan de Acción Mundial de la Juventud.
- Avanzar modelos de participación juvenil en todos los escenarios sociales, garantizando así un papel protagonista de jóvenes en el desarrollo de nuestros países.
- Desarrollar y fortalecer la institucionalidad pública en materia de juventud, con el objetivo de consolidar un sistema transversal, sectorial y territorial de políticas públicas que den prioridad a la juventud.
- Impulsar una Declaración Universal de la Juventud.
- Fomentar el enfoque de la equidad de género y de interculturalidad como eje transversal en todas las políticas públicas de la juventud.
- Promover el arte y la cultura como instrumento de desarrollo de la juventud.

- Sugerir el desarrollo de un sistema de monitoreo y evaluación en el marco de los acuerdos que eventualmente sean alcanzados en la Conferencia Mundial de la Juventud de México.
- Convocar una Reunión de Juventud de las Américas para el año 2012, que incluya a los gobiernos, parlamentarios y organizaciones de la sociedad civil, con el objetivo de evaluar la situación de la juventud desde esta reunión y promover nuevas líneas de acción.

2. PARLAMENTOS

- Establecer mecanismos para la participación permanente de parlamentarios(as) y/o legisladores/as, como principales aliados/as en el cumplimiento de los objetivos colocados en esta Carta y en la Declaración emanada de la Conferencia Mundial de la Juventud, México 2010.
- Recomendar a los gobiernos de los países el reconocimiento legal y constitucional de los derechos de las personas jóvenes considerados en esta Carta de Bahía.

- Fomentar políticas de acceso a la vivienda con condiciones especiales para jóvenes.

3. SOCIEDAD CIVIL

- Coordinar a partir de la sociedad civil juvenil (espacio Iberoamericano de la Juventud y demás plataformas jóvenes de las subregiones de las Américas), un estricto proceso de monitoreo y evaluación de los acuerdos surgidos en la Conferencia de las Américas, en la Conferencia Mundial de la Juventud, México 2010 y en los demás compromisos que se asuman en los planes nacionales e internacionales, especialmente en el marco del Año Internacional de la Juventud, con el apoyo y respaldo de los gobiernos, del Sistema de las Naciones Unidas en la región, de la Organización Internacional de la Juventud y de los demás organismos comprometidos con la temática de las juventudes.
- Multiplicar nuestros esfuerzos de defensa de derechos de las personas jóvenes en el plano internacional, nacional, sub-nacional y local, para asegurar una mayor presencia y una mejor jerarquización de las políticas públicas de la juventud de modo integral, con niveles de asignación presupuestaria acorde con el peso demográfico y el papel estratégico de las juventudes. Dicha jerarquización deberá hacerse transversalmente, involucrando a los principales ministerios y organismos de gobiernos, y no solamente en las instancias propias y específicas de la juventud,

como se ha hecho hasta hoy. En esta misma línea, se trabajara para que las políticas de la juventud sean priorizadas en los planes nacionales de desarrollo. Para fortalecer nuestra acción en estas áreas, se contará con el apoyo de los gobiernos de la región y de las agencias del Sistema de las Naciones Unidas, de la Organización Iberoamericana de la Juventud y de los demás organismos y bloques subregionales.

- Sumar esfuerzos para la difusión y la retroalimentación de los compromisos internacionales, que surjan en el marco de la Carta de Bahía, en la Conferencia Mundial de la Juventud, México 2010 y en los demás compromisos del Año Internacional de la Juventud, para fortalecer e impulsar la agenda de las juventudes en las realidades locales y nacionales, facilitando diálogos, procesos sociales y proyectos de acción que motiven una mayor participación de los movimientos, organizaciones y redes de juventud a nivel local, nacional y regional.
- Solicitar a los institutos de estadísticas de los países y a los diversos organismos internacionales, un esfuerzo más sistemático y consistente en el campo de las políticas públicas de la juventud, especialmente en la producción de informes especializados y datos estadísticos de calidad, con sus correspondientes análisis por rango de edad.
- Velar para que todas las acciones emprendidas por la sociedad civil, gobiernos, parlamentos y organismos in-

ternacionales enfatizan, en especial a las mujeres jóvenes, jóvenes con discapacidad física, de diferentes orientaciones sexuales, afrodescendientes, indígenas y demás pueblos y comunidades tradicionales, a la juventud rural, de las periferias urbanas y en situación de calle, así como a todos los demás segmentos de juventud en situación de vulnerabilidad.

Ciudad de Salvador, Bahia, Brasil, 26 de mayo de 2010

LETTER OF BAHIA



ENGLISH



LETTER OF BAHIA	63
YOUTH IN THE AMERICAS	64
CONSIDERATIONS	66
CALL TO ACTION	70
1. MANAGEMENT OF NATIONAL DEVELOPMENT POLÍCIES	70
2. COPING WITH MISERY, POVERTY, AND EXCLUSION	71
3. WORK AND EMPLOYMENT	72
4. EDUCATION	73
5. ACCESS OF YOUNG PEOPLE TO TECHNOLOGY AND INNOVATION	74
6. HEALTH OF YOUNG PEOPLE AS AN INCLUSION FACTOR	74
7. EQUITY OF GENDER	75
8. SECURITY AND PROMOTION OF HUMAN RIGHTS	76
9. SUSTAINABLE DEVELOPMENT	77
10. INTERNATIONAL MIGRATION	77
11. CITIZEN PARTICIPATION AND ASSOCIATIVISM	78
12. INTERNATIONAL COOPERATION OF YOUTH	78
PROPOSITION	80
1. GOVERNMENTS	80
2. PARLIAMENTS	81
3. CIVIL SOCIETY	82

Presentation

Americas Pre-Conference to the World Youth Conference - Mexico 2010, taken place in the city of Salvador, Bahia, Brazil, from 24th to 26th of May 2010, obtained complete success by showing the existence of a continental identity, the idea of that there is a “youth of Americas” that handles the diversity of the American youths. And, as from that verification, propose new ways of overcoming new and old challenges, not forgetting that the local realities determine the obstacles to be overcome by each society and government, in the subject of youth as in other areas.

The Salvador Pre-Conference counted on the participation of absolutely legitimate actors in the construction of the youth agenda in the Continent. Governments, parliamentarians, UN System agencies and the Civil Society - including the Ibero-American Youth Organization and regional networks like the Latin-American Youth Forum, the Ibero-American Youth Space and the Ibero-American Native Youths and Afro descendents Network - were there and each one of them were able lay a brick on that construction, whose final expression is the *Letter of Bahia*.

This document arises as a result of a process that considered the most diverse political, sociological, cultural, and geographical distinctions, and based itself on a basic principle: hear to one another until the possibility of synthesis becomes more evident than the differences of vision or approach regarding each subject. Nothing was taken to vote, since no sense was seen in the hypothesis of building “majority positions”, as legitimate as they may be. In the Letter of the Bahia there are not “winner” opinions because no opinion was “defeated” in the Pre-Conference of Salvador.

Finally, when it comes to the process that made the Pre-Conference possible, is necessary to thank once again the partners of public policies for the youth from the continent for their solidarity and effort. Wishing to recognize the effort and dedication of so many people who were part of the Pre-Conference of the Americas, we present to this World Youth Conference 2010, the Letter of Bahia as a synthesis platform, on which is possible to project the advancements of the work of so many governments, organizations and – why not say? –so many youths have brought to the youth policies in our continent.

Beto Cury

National Secretary of Youth
General Secretariat of Presidency of Brazil



LETTER OF BAHIA

The Youth Pre-Conference of Americas, gathered in the city of Salvador, state of Bahia, Brazil, from May 24th to 26th, with the participation of 259 people (youth and adults), from 29 countries of the Americas, representing governments, parliaments, and members of the civil society requests, by means of this Letter from Bahia, an analysis of the situation of the youth in the Americas region, with a *Call to Action* and presents propositions with the intention of changing paradigms, and emphasising the focus on youth in achieving the Millennium Development Goals (MDGs), accepted and prized by all United Nations country members, that can only be reached with the reduction of social differences and poverty, and with the promotion of equitable, socially beneficial, economically viable, and environmentally sustainable development.



YOUTH IN THE AMERICAS

Our countries are characterized by a rich cultural and ethnic diversity, with unequal levels in terms of quality of life and human development. While the countries face common problems, our peoples feed on the hope that their children, teenagers, and young adults could live in an American Continent that is less unequal, and fair. For that reason, our peoples are committed to the construction of more prosperous, more democratic, and more equitable societies.

Our Governments reaffirm the commitments of our societies by means of public policies that are implemented with a different approach in each region and/or country. Of importance and relevance to the countries of Latin America, the “juvenile demographic bonus” presents distinct and relative weight to the countries of the Caribbean, to Canada, and to the United States. In common, these countries face the same challenges in fighting poverty, and social inequality in every country of our American land.

In particular, we share the same challenges to redeem our children, teenagers, and young adults of the situations of poverty and the lack of opportunities. Likewise, we share the same political will of better preparing young people so that now, in the present, the youths of our countries can be subjects of law and contribute as strategic role-players, fundamental to the processes of development of our countries.



CONSIDERATIONS

Considering that in 2009 the United Nations established the *International Year of Youth* with the theme: “*Dialogue and mutual understanding*” to, among other objectives: (a) encourage dialogue and the understanding between generations; (b) promote the ideals of peace, respect for human rights, freedom, and solidarity; and, c) stimulate young people to engage in the promotion of progress, with emphasis on the Millennium Development Goals;

Considering that the United Nations has also defined 2010 as the *International Year for the Approximation of Cultures*, which presents an opportunity for dialogue, and cooperation on South-South between nations in matters regarding youth;

Considering that the social and economic inequalities of the Americas reflect and deepen the condition of vulnerability of youth in several countries, and that several youths and their specific needs demand public policies directed toward their demands and expectations;

Considering the main role of the State, as inducer and executor of social public policies directed toward the guarantee of fundamental human rights, such as the need for a continuous dialogue, and the strengthening of the civil society's participation to highlight and improve the achievements and rights in the social, economic, environmental, cultural, and political fields;

Considering the fact that young people of all countries have an essential role in coping with the challenges of today's world, such as to stimulate sustainable economic growth, the access to quality public education for all, the elimination of poverty, social inequality and unemployment, the elimination of all forms of discrimination, the reduction of violence, the promotion of sexual and reproductive rights, the quest for equality of gender, and the respect for cultural diversity, religious beliefs, ethnicity, and sexual orientation;

Considering that the region of the Americas has a vast tradition of social participation in organizations, movements, and groups as a transforming agent and the participation of the most vulnerable and excluded sectors of society, thus ensuring that the debate aptly addresses the themes of the Youth Pre-Conference of Americas that were centered on: health, gender, education, employment, safety, sustainable development, and citizen participation with emphasis on the decisive roles that young people have for the accomplishment of the Millennium Development Goals as a whole;

Considering that young people of all countries have a main role for the follow-through of the development and promotion of equality, as well as to cope with the challenges of today's world, and advance on central themes

set by the participants of the Youth Pre-Conference of Americas, including:

- Stimulating sustainable economic growth;
- Elimination of poverty and social inequality;
- Universalizing quality education and the fight against truancy, mainly in high school;
- Elimination of all forms of discrimination and inequality;
- Promotion of sexual health and of reproductive rights, by means of the access to services and input offered in a friendly form, guaranteeing the participation of young people in the planning and developing of health programs;
- Strive for gender, ethnic and racial equality, and the sexual diversity in relation to adults in order to consolidate an equitable relation between generations;
- Promotion of decent work;
- Strengthening of democratic values, ethics, citizen responsibility, and respect for Human Rights as guiding principles of our societies;
- Promote and encourage the participation of young people in public policies;

- Guarantee of universal quality education, including full sexual, scientific and secular education;
- Elimination of all forms of gender violence, especially sexual and the trafficking experienced by young women;
- Promote and provide nutritional assurance to all young people, especially women, disabled young people, young natives, African descendants, of traditional communities, rural, of urban slums, and homeless;
- Promotion of autonomy and emancipation as an axis of governing policies in order to generate an active citizenship;
- Promotion of security policies in order to prevent the criminalization of young people and high juvenile mortality rates.



CALL TO ACTION

Highlighting that since the year 2000 the Declaration of the Millennium is a guiding instrument of the development that can be strengthened by the incorporation of a juvenile perspective, we, participants of this Pre-Conference of the Americas, make the following call to action:

1. MANAGEMENT OF NATIONAL DEVELOPMENT POLÍCIES

- Strengthen the legal frameworks and institutional systems of the countries to guarantee the prioritization of public policies and create a follow-up system of its execution, monitoring, and evaluation in thorough and participative form, having youth itself as strategic partner of national development processes;
- Grant high level priority to the development of young people, assigning a percentage of the annual budget of the countries, with reviewing and redistribution of the budget items in order to strengthen the policies, programs and projects for youth, considering the specifics of the demographic and strategic relevance of young people in each country;

- Fomentation of the constitution of youth councils, with effective social juvenile participation, as one of the elements that will contribute with this process.

2. COPING WITH MISERY, POVERTY, AND EXCLUSION

- Formulate, draw-up, and promote inclusive social and economical policies with aim set on sustainable economic growth for the reduction of poverty, and for the insertion and maintenance of young people in productive life, being that by means of conditional transferring of wealth while necessary;
- Invest in the formation of juvenile human capital by means of programs and projects that promote the potential of young people to transform the condition of the material life for youth in cities and rural areas as well;
- Fight for the eradication of misery and hunger, with special attention to the segments of youth traditionally left out, including young women, disabled young people, with distinct sexual orientation, young people from rural areas and urban slums, as well as all young people discriminated and/or excluded for matters such as ethnicity and

race, with special emphasis on indigenous and African descendant populations.

3. WORK AND EMPLOYMENT

- Promote equality of decent working opportunities to young people, guaranteeing protection against all and any type of discrimination in common areas and the workplace;
- Fomentation of a prolonged education before the entry in the work market;
- Visualize and promote the participation of young people in working organizations;
- Promote decent work public policies for young people;
- Promote formal work and the improvement of the access for young people to social protection mechanisms, by means of reforms of the norms and public policies that are responsible for the professional trajectory of young people;
- Revise and adapt the school program to ease the transition of school life to working life, including greater access to technical school and professional graduation that meets the needs of the job market;
- Strengthen the Ministries of Work, Labor, and Income, the programs for youth employability and enforce social

dialogue and the deepening of the alliances between governments, private sector, labor organizations and/or juvenile organizations to create jobs, occupation, and income for the young population.

4. EDUCATION

- Consider juvenile education as an essential condition for the human development as a whole, caring for the educational needs of all juvenile groups, specially the segment of young people in vulnerable conditions, young people with disabilities, native and traditional peoples or communities, such as indigenous and African descendants;
- Attempt at a universal, sexual and scientific education, with the focus on the full development of young people, and ensure the improvement of the quality of education, guaranteeing the access to sexual education that allows young people to make free and conscious decisions;
- At the turning point of *Decade for the Education for Sustainable Development* (DEDS), assuring the access to environmental education, and the building of knowledge among young people while they have a capable role in coping with global warming;
- Encourage the formulation and implementation of programs and projects aimed at the formation of a citizen consciousness among youth.

5. ACCESS OF YOUNG PEOPLE TO TECHNOLOGY AND INNOVATION

- Prioritize the public policies aimed at democratizing the access to technology, with special attention paid to the internet as a impulsion factor of the knowledge society that empowers the development of youth and promotes social cohesion;
- Fomentation of the access of young people, specially disabled young people, to the means of communication and information technologies;
- Promote the active and intelligent use of communication and information technologies, encouraging the leading role of young people in the construction and development of electronic government platforms (e-government);
- Intensely use the communication and information technologies to deepen the intercultural dialogue and foment the respect for cultural, social, and environmental diversity.

6. HEALTH OF YOUNG PEOPLE AS AN INCLUSION FACTOR

- Guarantee a better quality of life to the young people of Americas considering mainly the ethnic, racial, and gender diversities;
- Guarantee the right of access to sexual and reproductive health, allowing the access of young people to high qual-

ity sexual and reproductive health services, as well as the programs that allow the prevention of unplanned and/or undesired pregnancy in teenagers by means of the access to the right to information;

- Stimulate prevention programs for HIV/aids and reduce progressively all forms of discrimination, including the discrimination of people living with HIV/aids and inequality in the access to health;
- Elaborate policies that guarantee the health of the young population considering the diverse ethnic, racial, social, and cultural aspects of the countries;
- Fomentation of life styles that are worthy, healthy, stimulating of cultural activities and athletic practices in teenagers and young people, with special attention to the prevention of juvenile mortality as a consequence of incidents, labor complications in young women and other ordinary causes for such age group - HIV/aids, sexually transmitted diseases, reduction of damage in drug use, eating disorders, among others.

7. EQUITY OF GENDER

- Promote the equity of gender and the independence of young women as an efficient mean of fighting poverty and hunger, and stimulating the development on sustainable bases;

- Elaborate policies and take measures to increase female access to education and the job market with wage equivalency;
- Develop programs and services for the eradication of gender violence, maternity protection and access of young women to health services, including those specialized in sexual and reproductive health;
- Include the perspective of diversity of gender in all public programs and policies, with special attention to the ethnic and racial condition.

8. SECURITY AND PROMOTION OF HUMAN RIGHTS

- Apply the principles contained in the *Universal Declaration of Human Rights*, enforcing measures that guarantee the personal and community security of the young population;
- Develop national policies and programs of development attends to the special needs that excluded or marginalized young people have, aiming at including them in productive, social, and cultural life;
- Confront, by means of public policies, forms of stigmatization and discrimination of youth, giving special attention to the fight and prevention of violence, notably violence based on gender, sexual orientation, race, ethnicity, religion and disability;

- Prioritize alternative measures to the restriction of liberty of teenagers in conflict with the law, using reclusion only as a last and unavoidable resort, in agreement with the International Convention of the Rights of the Child.

9. SUSTAINABLE DEVELOPMENT

- Incentive youth organizations and movements to promote the sustainable development and environmental actions, and to support environmental education programs in schools and communities;
- Fomentation of public policies of prevention of the juvenile rural exodus and of urban living attending with priority young people in situations of personal risk and social vulnerability;
- Take effective measures to raise consciousness in young people regarding the criteria of responsible consumption and the sustainable use of natural resources.

10. INTERNATIONAL MIGRATION

- Adopt migration policies that empower the positive effects and reduce the negative effects of juvenile migration, granting protection of the human rights of young migrants;
- Fomentation of the signing of international agreements and favoring adequate processes of social integration by expanding the legal means of labor exercise.

11. CITIZEN PARTICIPATION AND ASSOCIATIVISM

- Promote and enforce the systematic participation of young people in all levels of society and in its decision-making processes;
- Strengthen the education programs of democracy and human rights and recognize juvenile participation as essential for the improvement of the quality of democracy;
- Invest public and private resources in the strengthening of the juvenile social capital and promote the participation of youth in the world by means of the creation and strengthening of national and international platforms of interchange and cooperation between juvenile organizations.

12. INTERNATIONAL COOPERATION OF YOUTH

- Highlight the fundamental role of the international cooperation for the development of youth and strengthen the importance of attaining the Millennium Development Goals, guaranteeing the participation of the wide juvenile diversity;
- Gather Member States of the United Nations for the establishment of new assistance and monitoring mechanisms in order to foster public policies and actions in favor of the youth development.



PROPOSITION

1. GOVERNMENTS

- Reinforce the commitment of the governments of our countries with the accomplishment of the Millennium Development Goals until 2015, and continue with the World Youth Action Plan;
- Advance in youth participation models in all social scenarios that guarantee a main role for young people in the development of our countries;
- Develop and strengthen public institutions regarding youth, in order to consolidate a system that covers all matters, sectors, and territories with public policies that give priority to youth;
- Stimulate the creation of a Universal Declaration of Youth;
- Fomentation of the cross-cutting focus on gender equity and interculturalism in public policies for the youth;
- Promote art and culture as instruments of youth development;

- Suggest the development of a monitoring and evaluation system of the agreements eventually reached in the World Youth Conference in Mexico;
- Call for a Meeting of Youth of Americas for the year 2012, which includes governments, parliamentarians, and organizations of the civil society with the goal of evaluating the situation of youth up to the Meeting, and promote new measures.

2. PARLIAMENTS

- Establish mechanisms for the permanent participation of parliamentarians and/or law makers, our main allies in the accomplishment of the objectives placed in this Letter and in the World Youth Conference;
- Recommend to the country governments the legal and constitutional recognition of the rights of young people comprehended in this Letter from Bahia;
- Fomentation of housing access policies in special conditions for young people.

3. CIVIL SOCIETY

- Coordinate, from the Youth Civil Society (*Espacio Iberoamericano de la Juventud* and other youth platforms from the Americas' subregions) a rigorous monitoring and evaluation process of the agreements made in the Pre-Conference of Americas, in the World Conference of Youth (CMJ) and other agreements that could be adopted in the national and international levels, specifically within the framework of the International Year of Youth, with the support and agreement of governments, from the United Nations System in the region, from the International Year of Youth and other departments committed to the youth theme;
- Multiply our efforts towards the defense of the rights of young people in the international, national, sub national and local levels to ensure a greater presence and a better prioritization of youth public policies in a whole setting, with budget allocation in accordance with the demographic weight and the strategic role of youth. This prioritization should be done covering all ends involving the main ministries and government departments, and not only in specific instances of youth, as it has been until now. Along the same lines, we will work until the youth policies are prioritized in the national development plans. To strengthen our role in these areas, we need to count on the support of region governments and agencies of the United Nations System, the Ibero-american Youth Organization and other subregional organizations.

- Sum up our efforts for the diffusion and the sustaining of the international agreements that come to emerge within the framework of Letter from Bahia, at the World Youth Conference (CMJ) and other agreements of the International Youth Year, to strengthen and stimulate the agenda of youth in local and national realities, promoting dialogue, social processes of action that motivate greater participation of movements, organizations, and youth networks at the local, national, and regional levels.
- Request the Statistic Institutes of countries and the different international departments for a more systematic and consistent effort in the field of youth public policies, especially in the production of specialized information and quality statistical data, with corresponding analysis for specific age groups.
- Ensure that all applied actions by the civil society, governments, parliaments, and international organisations emphasize especially young women, young disabled, young of different sexual orientation, African descendants, indigenous peoples and other traditional communities, rural youth, youth from urban slums, and the homeless, as well as all segments of youth in situations of vulnerability.

City of Salvador, Bahia, Brazil, May 26th 2010

LETTRE DE BAHIA



FRANÇAIS



LETTRE DE BAHIA	89
LA JEUNESSE DANS LES AMÉRIQUES	90
CONSIDÉRATIONS	92
APPEL À L' ACTION	96
1. GESTION DES POLITIQUES NATIONALES DE DÉVELOPPEMENT	96
2. CONFRONTATION DE LA MISÈRE, DE LA PAUVRETÉ ET DE L' EXCLUSION	97
3. TRAVAIL ET EMPLOI	98
4. ÉDUCATION	99
5. ACCÈS DES PERSONNES JEUNES À LA TECHNOLOGIE ET À L' INNOVATION.	100
6. SANTÉ DES PERSONNES JEUNES COMME FACTEUR D' INCLUSION	101
7. ÉQUITÉ DU GENRE	102
8. SÉCURITÉ ET PROMOTION DES DROITS HUMAINS.....	102
9. DÉVELOPPEMENT SOUTENU	103
10. MIGRATION INTERNATIONALE	104
11. PARTICIPATION CITOYENNE ET ASSOCIATIVE	104
12. COOPÉRATION INTERNATIONALE DE LA JEUNESSE	105
PROPOSITIONS	106
1. GOUVERNEMENTS	106
2. PARLEMENTS	107
3. SOCIÉTÉ CIVILE.....	108

Présentation

La Pré-Conférence des Amériques, Conférence Mondiale de la Jeunesse - Mexico 2010, réalisée dans la ville de Salvador, Bahia, Brésil, du 24 au 26 mai, a été une réussite en démontrant l'existence d'une identité continentale, l'idée qu'il y a une "jeunesse des Amériques" qui comporte une diversité des jeunesses américaines. Et, à partir de cette constatation, proposer de nouveaux chemins afin de vaincre de nouveaux et anciens défis, sans oublier que les réalités locales déterminent les obstacles à surmonter pour chaque société et chaque gouvernement, sur la thématique de la jeunesse comme dans d'autres domaines.

La Pré-Conférence de Salvador à compté avec la participation d'acteurs absolument légitimes dans la construction de l'agenda de la thématique sur la jeunesse du continent. Gouvernements, parlementaires, représentants des agences du Système ONU et de la société civile - y compris l'Organisation Ibéro-Américaine de la Jeunesse et des réseaux régionaux tels que le Forum Latino-Américain de la Jeunesse, l'Espace Ibéro-Américain de la Jeunesse et le réseau Ibéro-Américain des Jeunes Indigènes et Afrodescendants - ils ont été présents et ont pu, chacun d'eux, poser une brique dans cette construction, dont l'expression finale est la Lettre de Bahia.

Ce document surgit comme le résultat d'un processus qui a pris en considération les plus diverses distinctions géographiques, culturelles, sociologiques et politiques, et est issu

d'un principe de base: s'écouter les uns, les autres jusqu'à ce que la possibilité de synthèse devienne plus évidente que les différences de vision ou d'approche de chaque thème. Rien n'a été amené au vote, déjà qu'aucune volonté ne s'est dégagé dans le sens de l'hypothèse de construire des "positions majoritaires", pour légitimes qu'elles soient. Dans la Lettre de Bahia il n'y a pas d'opinions "gagnantes" parce qu'aucune opinion n'a été "rejetée" à la Pré-Conférence de Salvador.

Enfin, en ce qui concerne le processus qui a rendu possible la Pré-Conférence, il faut remercier une fois de plus les partenaires des politiques publiques de la jeunesse sur le continent pour la solidarité et l'engagement. Sur Le désir de reconnaître l'effort et le dévouement de tant de personnes qui ont fait la Pré-Conférence des Amériques que nous présentons dans cette Conférence Mondiale de la Jeunesse 2010 la Lettre de Bahia comme une plate-forme de synthèse, devant laquelle peuvent se projeter les avances du travail de tant de gouvernements, d'organisations et - pourquoi ne pas le dire? - tant de jeunes qui ont imprimé les politiques de la jeunesse sur notre continent.

Beto Cury

Secrétaire National de la Jeunesse
Secrétariat Général de la Présidence du Brésil



LETTRE DE BAHIA

La Pré-Conférence de la Jeunesse des Amériques, réunie dans la ville de Salvador, état de Bahia, Brésil, du 24 au 26 mai 2010, avec la participation de 259 jeunes et adultes de 29 pays des Amériques, représentants des gouvernements, des parlements et des membres de la société civile fait, au moyen de cette Lettre de Bahia, une analyse de la situation de la jeunesse dans la région des Amériques, postulat d'un *Appel à l'Action* et présente des propositions en vue de changer des paradigmes et d'élargir les approches de la jeunesse dans la réalisation des Objectifs du Millénaire (ODMs), consacrés par tous les pays membres des Nations Unies, dont la portée sera seulement possible avec la réduction des inégalités et de la pauvreté, et avec la promotion d'un développement équitable, socialement juste, économiquement viable et environnementalement soutenu.



LA JEUNESSE DANS LES AMÉRIQUES

Nos pays se caractérisent par une vaste diversité culturelle et ethnique, et exhibent des niveaux inégaux de qualité de vie et de développement humain. En même temps qu'ils affrontent des problèmes communs, nos peuples se nourrissent de l'espérance que leurs enfants, adolescents et jeunes pourront vivre, très bientôt, dans une Amérique moins inégale et plus juste. Pour cette raison, nos peuples s'engagent dans la construction de sociétés plus prospères, démocratiques et plus équitables.

Nos gouvernements réaffirment les engagements de nos sociétés au moyen de politiques publiques qui mettent en œuvre des approches différenciés dans chaque région et/ou pays. Configuré comme de grande importance par les pays d'Amérique Latine le "bonus démographique juvénile" présente un poids distinct et relatif pour partie des pays de Caraïbe, pour le Canada et pour les États-Unis. En commun, nos pays affrontent les mêmes défis de combat à la pauvreté et à l'inégalité sociale dans tous les pays de notre terre américaine.

En particulier, nous partageons les mêmes défis pour racheter le pardon de nos enfants, adolescents et jeunes des situations de pauvreté et de manque d'opportunités. De la même manière, nous partageons la même envie politique de préparer l'amélioration des jeunes pour que maintenant, dans le temps présent, les jeunesses de nos pays puissent devenir des individus de droit et contribuer en tant qu'acteurs stratégiques et fondamentaux des processus de développement de nos pays.



CONSIDÉRATIONS

Considérant qu'en 2009 l'organisation des Nations Unies a établi l'Année Internationale de la Jeunesse avec le thème: *"Dialogue et entente mutuelle"* pour, parmi d'autres objectifs: a) encourager le dialogue et la compréhension entre générations; b) promouvoir des idéaux de paix, de respect pour les droits humains, de liberté et de solidarité; et, c) stimule les jeunes à s'engager dans la promotion du progrès, avec un accent sur les Objectifs de Développement du Millénaire;

Considérant que les Nations Unies ont défini aussi le 2010 comme l'Année Internationale pour le Rapprochement des Cultures, ce qui représente une invitation au dialogue et à la coopération Sud-Sud entre les nations en relation aux politiques destinées à la jeunesse;

Considérant que les inégalités sociales et économiques des Amériques se reflètent et approfondissent les conditions de vulnérabilité de la jeunesse dans divers pays, et que les différentes exigences des jeunes et leurs nécessités spécifiques exigent des politiques publiques tournées sur leurs attentes.

Considérant le rôle central de l'État comme inducteur et exécuter des politiques publiques sociales orientées pour la garantie des droits humains fondamentaux, tout comme la nécessité du dialogue continu et du renforcement de la participation de la société civile pour élargir et améliorer les

conquêtes et les droits dans le champ social, économique, environnemental, culturel et politique;

Considérant le fait que les jeunes de tous les pays ont un rôle fondamental dans l'affrontement des défis du monde actuel, tout comme: la croissance économique soutenue; l'accès à l'éducation publique de qualité pour tous, l'élimination de la pauvreté et de l'inégalité sociale; le chômage, l'élimination de toutes les formes de discrimination; la réduction des violences, la promotion des droits sexuels et des droits reproductifs, la recherche de l'équité du genre, et le respect des diversités culturelles, des croyances religieuses, ethniques et des orientations sexuelles;

Considérant que la région des Amériques compte avec une vaste tradition de participation sociale en organisations, en mouvements et groupes comme dispositif de transformation et d'insertion active dans les secteurs plus vulnérables et exclus de la société, rend fondamental le vaste débat sur les thèmes abordés lors de la Conférence de la Jeunesse des Amériques qui ont été centrés sur les thématiques: santé, genre, éducation, emploi, sécurité, développement soutenu et participation citoyenne avec l'accent sur les rôles décisifs que les jeunes ont dans l'accomplissement des Objectifs du Millénaire comme un tout;

Considérant que les jeunes de tous les pays ont un rôle fondamental dans l'exécution de l'ordre du jour de

développement et de promotion de l'égalité, tout comme pour affronter les défis du monde actuel et faire avancer des thèmes centraux affirmés par les participants de la Pré-Conférence de la Jeunesse des Amériques, y compris:

- La croissance économique soutenue;
- L'élimination de la pauvreté et de l'inégalité sociale;
- L'universalisation d'une éducation de qualité et le combat à l'évasion scolaire, principalement dans l'enseignement secondaire;
- L'élimination de toutes les formes de discrimination et d'inégalité;
- La promotion de la santé sexuelle et des droits reproductifs, au moyen d'accès à des services offerts de forme amicale, garantissant la participation des jeunes dans la planification et le développement des programmes de santé;
- La recherche de l'équité du genre, ethnique et racial et de la diversité sexuelle concernant les personnes adultes pour consolider une relation équitable entre les générations;
- La promotion du travail décent;
- Le renforcement des valeurs démocratiques, éthiques, de responsabilité citoyenne et de respect des Droits Humains comme principes phares de nos sociétés;

- La participation des jeunes dans les politiques publiques;
- La garantie de l'éducation universelle de qualité, y compris l'éducation sexuelle intégrale, scientifique et laïque;
- L'élimination de toutes les formes de violence du genre, spécialement le sexuel et le trafic vécus par les jeunes femmes;
- Assurer la sécurité alimentaire pour tous les jeunes, principalement pour les femmes, les jeunes vulnérables, les indigènes, les afrodescendants, des communautés traditionnelles, ruraux, des périphéries urbaines et en situation de rue;
- La Promotion de l'autonomie et de l'émancipation comme un axe des politiques de gouvernement pour gérer une citoyenneté active;
- La Promotion des politiques de sécurité pour prévenir la criminalité des jeunes et les indices élevés de mortalité juvénile.



APPEL À L'ACTION

On peut relever que depuis l'année 2000 la Déclaration du Millénaire est un instrument orienteur de développement qui peut être renforcé par l'incorporation d'une perspective juvénile, nous, participants de cette Pré-Conférence des Amériques, nous faisons le suivant Appel à l'Action:

1. GESTION DES POLITIQUES NATIONALES DE DÉVELOPPEMENT

- Renforcer les bornes juridiques et les systèmes institutionnels des pays pour garantir la priorité des politiques publiques et créer un système d'accompagnement de son exécution, de suivi et d'évaluation de forme transversale et participative, en ayant la jeunesse elle-même comme partenaire stratégique des processus nationaux de développement;
- Concéder un haut niveau de priorité au développement des jeunes, en destinant un pourcentage du budget annuel des pays, avec révision et redistribution des rubriques budgétaires pour renforcer les politiques, aux programmes et aux projets pour la jeunesse, en considérant les spécificités d'importance démographiques et stratégiques des personnes jeunes dans chaque pays;

- Fomenter la constitution de conseils de la jeunesse, avec une participation sociale juvénile effective, comme un des éléments qui contribuera dans ce processus.

2. CONFRONTATION DE LA MISÈRE, DE LA PAUVRETÉ ET DE L'EXCLUSION

- Formuler, dessiner et promouvoir des politiques économiques et sociales inclusives ayant comme but la croissance économique soutenue pour la réduction de la pauvreté et pour l'insertion et l'entretien des personnes jeunes dans la vie productive, soit au moyen d'un emploi formel, soit au moyen de transferts de revenus conditionnels si nécessaire;
- Investir dans la formation du capital humain juvénile au moyen de programmes des projets qui promeuvent le potentiel des personnes jeunes pour transformer la condition de vie matérielle de la jeunesse autant dans les villes que dans les zones rurales;
- Lutter pour l'éradication de la misère et de la faim, avec une attention spéciale sur les segments de la jeunesse traditionnellement exclus, y compris les jeunes femmes, les jeunes vulnérables, avec distinctes orientations sexuelles,

les jeunes de la campagne et des périphéries urbaines, ainsi que toutes les personnes discriminées et/ou exclues pour questions d'éthnie et de race, avec une affectation spéciale pour les populations indigènes et afro-descendantes.

3. TRAVAIL ET EMPLOI

- Promouvoir l'égalité d'opportunités de travail décent pour les jeunes garantissant une protection contre toute et n'importe quel type de discrimination sur les lieux de cohabitations et de travail;
- Fomenter l'éducation prolongée avant l'entrée sur le marché du travail;
- Viabiliser et promouvoir la participation des jeunes dans les organisations de travailleurs et des travailleuses;
- Promouvoir des politiques publiques de travail décent pour les jeunes;
- Fomenter la promotion du travail formel et l'amélioration de l'accès des jeunes aux mécanismes de protection sociale, aux moyens des réformes des normes et des politiques publiques qui traitent de la trajectoire professionnelle des jeunes;
- Réviser et adapter le curriculum vitae scolaire pour faciliter la transition de la vie scolaire à la vie professionnelle, y com-

pris un meilleur accès à la formation technique et professionnelle qui réponde aux nécessités du marché du travail;

- Renforcer les Ministères du Travail, de l'emploi et du revenu, les programmes de promotion d'employabilité juvénile et stimuler le dialogue social et l'approfondissement des alliances entre gouvernements, secteurs privés, organisations de travailleurs/ les organisations juvéniles pour gérer le travail, de l'occupation et le revenu pour la population jeune.

4. ÉDUCATION

- Considérer l'éducation juvénile comme la condition essentielle pour le complet développement humain, s'occuper des besoins éducationnels de tous les groupes juvéniles, spécialement dans les segments des jeunes dans des conditions de vulnérabilité, des jeunes vulnérables et originaires des peuples et des communautés traditionnelles, comme les indigènes et afro-descendants;
- Tenter par l'éducation universelle, sexuelle et scientifique en se concentrant sur le développement complet des jeunes, et veiller à l'amélioration de la qualité de l'éducation, garantissant l'accès à l'éducation sexuelle qui permette aux jeunes la prise de décisions libres et conscientes;
- Dans la limite de la *Décennie pour l'Éducation pour Le Développement Soutenu* (DEDS), assurer l'accès à l'éducation environnementale et à la construction des savoirs entre

les jeunes en tant qu'acteurs capables d'agir dans la confrontation avec le réchauffement global;

- Fomenter la formulation et la mise en œuvre de programmes et de projets tournés vers la formation d'une conscience citoyenne entre nos jeunes.

5. ACCÈS DES PERSONNES JEUNES À LA TECHNOLOGIE ET À L'INNOVATION

- Donner la priorité aux politiques publiques orientées vers la démocratisation de l'accès à la technologie, avec une attention spéciale à l'internet comme un facteur stimulateur de la société de la connaissance qui potentialise le développement de la jeunesse et promeut la cohésion sociale;
- Fomenter l'accès des jeunes, et plus spécialement les jeunes vulnérables, aux moyens de la communication et des technologies d'information;
- Promouvoir l'utilisation active et intelligente des technologies de la communication et de l'information fomentant le protagonisme jeunes dans les processus de construction et de développement des gouvernements électroniques;
- Utiliser intensément les technologies de l'information et de la communication pour approfondir les dialogues interculturels et fomenter le respect des diversités culturelles, sociales et environnementales.

6. SANTÉ DES PERSONNES JEUNES COMME FACTEUR D'INCLUSION

- Garantir une meilleure qualité de vie pour la jeunesse des Amériques considérant principalement les diversités d'éthnie, de race et de genre;
- Garantir le plein droit d'accès à la santé sexuelle et reproductive, permettant l'accès des jeunes aux services de santé sexuel et reproductif de haute qualité, tout comme aux programmes qui permettent la prévention de la grossesse non programmée et/ou non désirée pendant l'adolescence au moyen de l'accès au droit à l'information;
- Stimuler des programmes de prévention au HIV/aids et réduire progressivement toutes les formes de discrimination, y compris la discrimination aux personnes porteuses du HIV/aids et d'inégalité d'accès à la santé;
- Elaborer des politiques publiques qui garantissent la santé de la population jeune en prenant en compte divers aspects ethnico-raciaux, sociaux et culturels des pays;
- Fomenter des styles de vie dignes, sains, en stimulant des activités culturelles et des pratiques sportives durant la période de l'adolescence et de la jeunesse, avec une attention spéciale sur la prévention de la mortalité juvénile comme conséquence d'accidents, de complications durant l'accouchement de jeunes femmes, commune dans cette tranche d'âge - HIV/aids, maladies sexuellement

transmissibles, réduction des dommages dans l'utilisation des drogues, changement alimentaire radical, entre autres.

7. ÉQUITÉ DU GENRE

- Promouvoir l'équité du genre et l'autonomie des jeunes femmes comme moyen efficace de combat à la pauvreté et à la faim, et stimuler le développement sur des bases soutenues;
- Élaborer des politiques et prendre des mesures pour augmenter l'accès féminin à l'éducation et au marché du travail avec équivalence salariale;
- Développer des programmes et des services pour l'éradication de la violence du genre, la protection de la maternité et l'accès des jeunes femmes au service de la santé, y compris les spécialités en santé sexuelle et reproductive;
- Inclure la perspective de la diversité des genres dans tous les programmes et politiques publiques, avec une attention spéciale à la condition d'ethnie et de race.

8. SÉCURITÉ ET PROMOTION DES DROITS HUMAINS

- Appliquer les principes contenus dans la *Déclaration Universelle des Droits Humains*, en prenant des mesures qui garantissent la sécurité personnelle et communautaire de la population jeune;

- Développer des politiques et des programmes nationaux qui laissent entrevoir les nécessités spéciales des personnes jeunes exclues ou marginalisées, en cherchant à les inclure dans la vie productive, sociale et culturelle;
- Affronter, au moyen de politiques publiques, des formes de stigmatisation de la jeunesse et de la discrimination, en donnant une attention spéciale au combat et à la prévention de la violence, notamment la violence basée sur le genre, l'orientation sexuelle, la race, l'ethnie, l'intolérance religieuse et la déficience;
- Donner la priorité aux mesures alternatives à la privation de liberté des adolescents en conflit avec la loi, en utilisant la réclusion seulement en dernier recours et si elle est inévitable, en accord avec la Convention Internationale des Droits de l'enfant et de l'adolescent.

9. DÉVELOPPEMENT SOUTENU

- Inciter les organisations et les mouvements juvéniles à promouvoir le développement soutenu et les actions écologiques, et à appuyer les programmes d'éducation environnemental dans les écoles et dans les communautés;
- Fomenter des politiques publiques de prévention de l'exode rural juvénile et de cohabitation urbaine en s'occupant en priorité des jeunes en situation de risque personnel et de vulnérabilité sociale;

- Prendre des mesures effectives pour que les jeunes prennent conscience du respect des critères de consommation responsable et d'utilisation soutenue des ressources naturelles.

10. MIGRATION INTERNATIONALE

- Adopter des politiques migratoires qui potentialisent les effets positifs et réduisent les effets négatifs de la migration juvénile, en concédant l'entière protection des droits humains aux jeunes migrants;
- Fomenter la signature d'accords internationaux et favoriser des processus appropriés d'intégration sociale au moyen de l'élargissement des voies légales de l'exercice du travail.

11. PARTICIPATION CITOYENNE ET ASSOCIATIVE

- Promouvoir et stimuler la participation systématique des jeunes dans tous les contextes de la société et dans leurs processus de prise de décision;
- Renforcer les programmes d'éducation pour la démocratie et les droits humains et reconnaître la participation juvénile comme indispensable pour l'amélioration de la qualité de la démocratie;

- Investir dans les ressources publiques et privées dans la fortification du capital social juvénile et promouvoir la participation de la jeunesse dans le monde au moyen de la création et du renforcement des plates-formes nationales et internationales d'échanges et de coopération entre les organisations juvéniles.

12. COOPÉRATION INTERNATIONALE DE LA JEUNESSE

- Détacher le rôle fondamental de la coopération internationale pour le développement de la jeunesse et renforcer l'importance de la réalisation des Objectifs de Développement du Millénaire, garantissant la participation d'une ample mosaïque de diversités juvéniles;
- Exhorter les états membres des Nations Unies pour l'établissement de nouveaux mécanismes de collaboration et de surveillance dans le sens d'impulser les politiques publiques et les actions en faveur du développement de la jeunesse.



PROPOSITIONS

1. GOUVERNEMENTS

- Renforcer l'engagement des gouvernements de nos pays avec l'accomplissement des Objectifs de Développement du Millénaire jusqu'à l'année 2015, et donner de la continuité au Plan d'Action Mondial de la Jeunesse;
- Avancer sur des modèles de participation juvénile dans tous les scénarios sociaux qui garantissent un rôle protagoniste des jeunes dans le développement de nos pays;
- Développer et fortifier l'institutionnalisation publique en matière de jeunesse dans le sens de consolider un système transversal, sectoriel et territorial de politiques publiques qui donnent la priorité aux jeunes;
- Impulser la création d'une Déclaration Universelle de la Jeunesse;
- Fomenter l'approche de l'équité du genre et de l'échange entre les cultures dans toute la transversalité des politiques de jeunesse;
- Promouvoir l'art et la culture comme instruments de développement de la jeunesse;

- Suggérer le développement d'un système de surveillance et d'évaluation des accords éventuellement atteints lors de la Conférence Mondiale de la Jeunesse de Mexico;
- Convoquer une Réunion de la Jeunesse des Amériques pour l'année 2012, qui inclue les gouvernements, les parlements et les organisations de la société civile, avec comme objectif d'évaluer la situation de la jeunesse jusqu'à la réalisation de la Réunion et promouvoir de nouvelles lignes d'action.

2. PARLEMENTS

- Établir des mécanismes pour la participation permanente de parlementaires et/ou législateurs/trices/les, [nos/les] principaux alliés/iées dans la réalisation des objectifs placés dans cette Lettre et dans la Conférence Mondiale de la Jeunesse;
- Recommander aux gouvernements des pays la reconnaissance légale et constitutionnelle des droits des jeunes comprises dans cette Carte de Bahia;
- Fomenter des politiques d'accès au logement dans des conditions spéciales pour les jeunes.

3. SOCIÉTÉ CIVILE

- Coordonner, à partir de la société civile juvénile (Espace Ibéro-américain de la Jeunesse plus de plates-formes de jeunes de sous-régions des Amériques) un rigoureux processus de surveillance et d'évaluation des accords signés lors de la Pré-Conférence des Amériques, de la Conférence Mondiale de la Jeunesse (CMJ) et dans les engagements qui viennent d'être assumés dans les plans nationaux et internationaux, et en particulier lors du rendez-vous de l'Année Internationale de la Jeunesse, avec l'appui et l'approbation des gouvernements, du Système des Nations Unies de la région, de l'organisation Internationale de la Jeunesse et avec plus d'organismes engagés dans la thématique des Jeunes;
- Multiplier nos efforts de défense de droits des jeunes sur le plan international, national, régional et local pour assurer une plus grande présence et une hiérarchisation des politiques publiques de la jeunesse de manière intégrale, avec des niveaux d'attribution budgétaire en accord avec le poids démographique et le rôle stratégique des jeunes. Cette hiérarchisation devra être faite transversalement impliquant les principaux ministères et les organismes de gouvernements, et non seulement dans les instances propres et spécifiques de la jeunesse, comme ça a été le cas jusqu'à présent. Dans cette même ligne, nous travaillerons pour que les politiques de la jeunesse soient des priorités dans les plans nationaux de développement. Pour renforcer notre action dans ces secteurs, nous avons

besoin de compter avec l'appui des gouvernements de la région et des agences du Système des Nations Unis, de l'Organisation Ibéro-américaine de la jeunesse et de plus, des organismes et des blocs sous-régionaux.

- Ajouter nos efforts pour la diffusion et la rétro-alimentation des engagements internationaux qui viennent d'émerger dans la Lettre de Bahia, dans la Conférence Mondiale de la Jeunesse (CMJ) et dans les autres engagements de l'Année Internationale de la Jeunesse, pour fortifier et impulser l'ordre du jour de la jeunesse dans les réalités locales et nationales, facilitant des dialogues, des processus sociaux et des projets d'action qui motivent une plus grande participation des mouvements, des organisations et des réseaux de jeunesse au niveau local, national et régional.
- Solliciter des instituts de statistiques des pays et des différents organismes internationaux un effort plus systématique et conscient sur le champ des politiques publiques de la jeunesse, spécialement dans la production d'informations spécialisées et de données statistiques de qualité, avec leurs analyses correspondantes par tranche d'âge.
- Veiller que toutes les actions entreprises par la société civile, les gouvernements, les parlements et les organismes internationaux mettent en relief plus spécialement les

jeunes femmes, les jeunes vulnérables, de différentes orientations sexuelles, afro-descendantes, indigènes et en autres les peuples et les communautés traditionnelles, les jeunes rurales, dans les périphéries urbaines et en situation de rue, ainsi que tous les autres segments de la jeunesse en situation de vulnérabilité.

Ville de Salvador, Bahia, Brésil, 26 mai 2010



Secretaria-Geral da Presidência
da República do Brasil

Secretaria Nacional de Juventude